

Ata nº 19/2023

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência do vereador Altenir Rodrigues da Silva, os vereadores Cleres Maria Cavalheiro Revelante, Gildo de Oliveira Brandão, Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, José Jair Borges, José Sérgio de Carvalho, Orquelita Salgado da Costa, Priscila Tramontini Spacil e Sandro Drum. O presidente solicitou à secretária, vereadora Orquelita, que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Na sequência, o gestor da unidade da Corsan de Salto do Jacuí, Mauro Castro, fez uso do espaço, a pedido desta Câmara Municipal, para esclarecer dúvidas dos vereadores e de alguns munícipes presentes na Sessão quanto ao aditivo do contrato com a Companhia, programa Solutrat e taxas de Disponibilidade de Limpeza de Fossa Programada cobradas pela mesma. Posteriormente, a segunda secretária, vereadora Jane, fez a leitura da Ata nº 18/2023, que foi posta em discussão, votação e aprovada por unanimidade. A secretária fez a leitura do Ofício do Poder Executivo nº 223/2023 – Esclarecimentos quanto aos questionamentos referentes ao Projeto de Lei nº 2846/2023, constantes no Ofício nº 01/2023 da CLJRF e COFCP. A vereadora Jane fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2846, de 2 de março de 2023 – Torna obrigatório a inserção das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicos-raciais e para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira no sistema de ensino no âmbito do Município de Salto do Jacuí, e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões, foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. A vereadora Priscila fez a leitura do Projeto de Lei do Executivo nº 2870, de 6 de junho de 2023 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 80.051,08 (oitenta mil cinquenta e um reais e oito centavos) e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões, foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. A vereadora Jane fez a leitura do

Projeto de Lei do Executivo nº 2871, de 6 de junho de 2023 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com o Sistema de Ensino Gaúcho S.A. - SEG e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões. Na sequência, a vereadora fez a leitura da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei. Posteriormente o presidente colocou em discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 2871/2023, com a respectiva Mensagem Retificativa, foi posto em votação e aprovado por unanimidade. A secretaria fez a leitura da Indicação nº 11/2023 – Vereador Altenir Rodrigues da Silva – Progressistas - Sugere ao Poder Executivo que dê prioridade e sejam realizados pelo COMAJA os exames de urgência e emergência que estão atualmente aguardando na fila de espera. A secretaria fez a leitura da Moção de Pesar nº 6/2023 – Vereador Altenir Rodrigues da Silva – Progressistas - A Câmara Municipal de Vereadores de Salto do Jacuí apresenta votos de profundo pesar pelo falecimento de Ivone Gaspar Horbach, ocorrido no último dia 14 de junho de 2023. A secretaria fez a leitura do Pedido de Informações nº 6/2023 – Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final - Requerem ao Poder Executivo Municipal, que encaminhe a esta Comissão cópia do contrato do serviço de abastecimento de água com a Companhia Riograndense de Saneamento, bem como o aditivo do contrato com a mesma Companhia de Esgoto. A secretaria fez a leitura do Pedido de Informações nº 7/2023 – Vereador Altenir Rodrigues da Silva – Progressistas - Sobre as listas de espera para exames e cirurgias eletivas no município. Requer: Que o Poder Executivo informe a quantidade de exames e cirurgias eletivas que aguardam na fila de espera do município. A secretaria fez a leitura do Pedido de Providência nº 30/2023 – Vereador Altenir Rodrigues da Silva – Progressistas - Pede que o Poder Executivo Municipal providencie, junto à Secretaria de Obras, o reparo no bueiro que fica na esquina da Rua Ceará com Av. General Câmara, Bairro Portão. A secretaria fez a leitura do Pedido de Providência nº 31/2023 – Vereadora Cleres Maria Cavalheiro Revelante – PT - Pede que o Poder Executivo, através da Secretaria providencie, com urgência, o conserto de esgoto pluvial dentro de uma propriedade privada na

Rua: Pacífico Rodrigues, nº 08, Bairro Navegantes. Estão baixados nas Comissões aguardando diligências do Poder Executivo: Projeto de Lei do Executivo nº 2861, de 5 de maio de 2023 – Altera os incisos I, II, III e § 7º do art. 13 da Lei Municipal nº 1388/2005, e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2865, de 18 de maio de 2023 – Revoga o art. 174 e altera a redação do caput, do art. 175, da Lei Municipal nº 2735, de 26 de julho de 2022, e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2866, de 18 de maio de 2023 – Altera o caput do art. 96, da Lei Municipal nº 270, de 21 de dezembro de 1990, e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2867, de 18 de maio de 2023 – Altera o caput e o parágrafo único, do art. 4º, a redação do título da seção V, o caput e o parágrafo único do art. 22, o caput e o § 2º, do art. 26, o art. 30, o caput e os §§ 1º e 2º, do art. 32, o art. 34, e o parágrafo único, do art. 49, e acrescenta os §§ 3º e 4º, no art. 32, todos da Lei Municipal nº 2611, de 11 de dezembro de 2020, e dá outras providências; e Projeto de Lei do Executivo nº 2869, de 6 de junho de 2023 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 152.913,00 (cento e cinquenta e dois mil novecentos e treze reais) e dá outras providências. Estão baixando nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2872, de 6 de junho de 2023 – Altera o capítulo VI e os arts. 15, 16, 17 e 18, acrescenta os arts. 19, 20, 21, 22 e 23, da Lei Municipal nº 1388, de 27 de junho de 2005, e dá outras providências; e Projeto de Lei do Executivo nº 2873, de 16 de junho de 2023 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e dá outras providências. A vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, utilizou a tribuna parlamentar para deixar registrada, inclusive em Ata, a sua indignação sobre a situação que passou sendo questionada sobre o Projeto de Lei dos estágios estar parado na Casa devido a um pedido de vistas da vereadora, sendo isso uma inverdade, uma vez que a vereadora não pediu vistas do Projeto em questão. Jane comentou sobre a convenção do seu partido, PDT, realizada no último domingo, 18 de junho, para a qual não foi convidada e por este motivo não

compareceu. Finalizou o uso da tribuna fazendo um Pedido de Providência verbal, para que a Administração Municipal, através da Secretaria competente faça uma reforma/revitalização na pista de skate. A vereadora Cleres Maria Cavalheiro Revelante, fez uso da tribuna para lembrar da mobilização que ocorrerá no dia 20 de junho em Porto Alegre pelo IPE e contra o PL nº 259. Falou sobre a Assembleia do CEPERS realizada nesta Casa na semana passada a qual esteve presente, falou sobre os valores devidos ao IPE, fez críticas ao Governo do Estado e falou também sobre a remuneração e piso dos professores. Cleres explanou sobre a questão da Corsan e o aditivo, agradeceu ao gestor da Companhia, Mauro Castro, pelos esclarecimentos. Ainda sobre o aditivo Cleres comentou que o mesmo deveria ter passado primeiramente pela deliberação do Legislativo e pela comunidade pois a empresa sim fez uma audiência onde ela estava presente, porém não contou com a efetiva participação do Poder Público e comunidade em geral. Questionou também a falta de divulgação desta audiência. Segundo a vereadora o aditivo deve ser anulado por sua ilegalidade. O vereador José Sérgio de Carvalho agradeceu ao gestor Mauro pelos esclarecimentos prestados ao Legislativo e comentou sobre a reunião realizada pela Administração Municipal com os representantes da Corsan na semana passada. José Sérgio falou ainda sobre os esgotamentos de fossas sépticas e esgoto, assegurou que o Prefeito Municipal assume e responsabilidade pelo contrato e que a população não se assuste a questão de valores não ficará assim. Finalizou explanando sobre a votação do Marco Temporal e parabenizando aos Deputados pelos 284 votos contra. Nada mais havendo a se tratar, às vinte e uma horas e dez minutos, o presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: